

O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS E TRANSTORNOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Elane Cristina de Oliveira¹; Izaias Félix da Cunha²

¹Graduanda na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), Imperatriz/Maranhão-Brasil, Elane.oliveira@uemasul.edu.br

²Docente na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), Imperatriz/Maranhão-Brasil, izaiasfelix002@gmail.com

A alfabetização inclusiva é vista como processo que possibilita o aprendizado da leitura e da escrita, favorecendo a inclusão escolar. Nesse contexto da alfabetização inclusiva, o desafio é garantir acesso equitativo às práticas pedagógicas para estudantes com deficiências e transtornos de aprendizagem. O objetivo deste estudo é analisar a alfabetização como instrumento de inclusão, destacando práticas pedagógicas, políticas públicas e estratégias que promovam a aprendizagem significativa. A metodologia adotada foi uma revisão bibliográfica, com base em artigos científicos disponíveis no SciELO e Google Acadêmico, publicados entre 2008 e 2011, que abordam alfabetização, inclusão escolar e educação especial. Recorreu-se à abordagem qualitativa para melhor compreensão do objeto. A análise dos textos mostrou que a alfabetização inclusiva não depende apenas de políticas públicas e da legislação, mas também da prática dos professores em sala de aula. Os docentes precisam de formação continuada e materiais adequados às diversidades dos alunos. A escola deve oferecer recursos de acessibilidade, com materiais adaptados e apoio especializado. A parceria entre família e escola fortalece o processo de aprendizagem. Esses aspectos mostram que a alfabetização inclusiva exige a participação de professores, gestores, políticas públicas e práticas escolares. Dessa forma, constata-se que a alfabetização inclusiva depende da formação docente voltada para a diversidade (Pletsch, 2009), que políticas públicas de educação especial inclusiva são importantes para garantir equidade (Kassar, 2011), e que a legislação brasileira estabelece diretrizes que garantam o direito à educação de qualidade (Brasil, 2008). A alfabetização inclusiva envolve leitura, escrita e participação social e cultural dos alunos. Conclui-se que a alfabetização inclusiva é fundamental para o direito à educação com qualidade social, devendo ser praticada e atualizada como fortalecimento educacional e respeito aos direitos sociais, pois práticas pedagógicas adequadas, políticas públicas e recursos de acessibilidade são fundamentais para promover inclusão, cidadania e equidade na educação básica.

Palavras-Chave: Alfabetização; Inclusão; Educação Básica; Transtornos de Aprendizagem.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

KASSAR, Mônica C. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 303-318, 2011.

PLETSCH, Márcia Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, pesquisas e diretrizes políticas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 143-156, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40602009000100010>>. Acesso em: 4 nov. 2025.